



CONGRESSO NACIONAL

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 07/12/2011 às 16h50  
Valéria / Mat. 46957

MPV 552

00079

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data  
07/12/2011

Proposição  
Medida Provisória nº 552 / 2011

Autor  
Deputado Moreira Mendes – PSD/RO

nº do prontuário  
049

1. Supressiva      2 substitutiva      3. modificativa      4. X aditiva      5. Substitutivo global

Página 01

Artigo

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Propõe-se alteração do art. 3º e a inclusão dos art. 4º a 7º à Medida Provisória nº 552, de 01 de dezembro de 2011, com a seguinte redação:

“Art.3 - O § 2º do Art. 5º da Lei nº 10.637 de 30 de dezembro 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 5º .....

.....

§ 2º A pessoa jurídica que, até o final de cada trimestre do ano civil, não conseguir utilizar o crédito por qualquer das formas previstas no § 1º, poderá solicitar o seu ressarcimento ou restituição em dinheiro.

.....

Art.4- Acrescente-se ao artigo 5º, da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, os §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

“ Art. 5º .....

.....

§ 3º A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) deverá, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Pedido de Ressarcimento ou Restituição dos créditos de que trata o § 2º, efetuar o pagamento integral do valor pleiteado por pessoa jurídica.

§ 4º O crédito acumulado previsto no §1º será acrescido de juros compensatórios equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do protocolo do Pedido de Ressarcimento ou Restituição dos créditos de acordo com o §2º

.....

“Art.5 - O § 2º do Art.6º da Lei nº 10.833 de 29 de dezembro 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 6º .....

.....



§ 2º A pessoa jurídica que, até o final de cada trimestre do ano civil, não conseguir utilizar o crédito por qualquer das formas previstas no § 1º poderá solicitar o seu ressarcimento ou restituição em dinheiro.

.....

Art. 6 - Acrescente-se ao Art. 6º da Lei nº 10.833 de 29 de dezembro 2003, os §§ 5º e 6º, com a seguinte redação:

" Art. 6º .....

.....

§ 5º A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) deverá, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Pedido de Ressarcimento ou Restituição dos créditos de que trata o § 2º, e efetuar o pagamento integral do valor pleiteado por pessoa jurídica.

§ 6º O crédito acumulado previsto no § 1º será atualizado de juros compensatórios equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do protocolo do Pedido de Ressarcimento dos créditos de acordo com o § 2º

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação .

..... "

#### JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa tem por objetivo a adequação dos créditos acumulados de PIS e COFINS ao sistema tributário nacional. Esta isonomia visa melhorar as condições da Indústria brasileira no competitivo mercado internacional.

A aplicação destas alterações é fundamental para que os custos da cadeia agrícola permitam a manutenção das operações industriais no país.

PARLAMENTAR

Deputado Moreira Mendes

